

CAPÍTULO III

PROCESSO MUSEOLÓGICO: critérios de exclusão⁴

1- INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as reflexões em torno da construção do conhecimento, na área da museologia têm aumentado consideravelmente, permitindo-nos lançar vários olhares sobre as nossas ações, e, conseqüentemente, nos capacitando a estabelecer um debate mais amplo, em torno do nosso campo de atuação, diminuindo a nossa *exclusão* no meio acadêmico – museólogos reprodutores do conhecimento produzido em outras áreas.

No presente trabalho, abordaremos algumas questões relacionadas ao processo museológico, tomando como referencial vários estudos sobre o tema, que, devido ao tempo destinado à presente mesa-redonda, não poderiam ser reapresentados para discussão, mesmo porque, em publicação de nossa autoria, intitulada “*Processo Museológico e Educação: construindo um museu didático-Comunitário*”, destinamos um capítulo a essa abordagem. Optamos por fazer uma reflexão sobre a *exclusão*, olhando para o interior da instituição museu e para a aplicação dos processos museológicos; ou seja, realizando uma autocrítica, na qual me incluo, efetuando uma análise, que será aqui debatida, considerando, também, que os museus e as práticas museológicas estão em relação com as demais práticas sociais globais, portanto, são o resultado das relações humanas, em cada momento histórico.

⁴ Texto apresentado na II Semana de Museus da Universidade de São Paulo, realizado no período de 30 de agosto a 03 de setembro de 1999.

Por fim, com base na experiência vivida, daremos continuidade ao nosso processo de reflexão, destacando a importância da produção do conhecimento, para a área da museologia, e a relevância da relação teoria-prática, pontuando alguns aspectos que consideramos possam vir a contribuir para a construção de uma ação museológica que seja elaboração histórica na conquista de um espaço de autodeterminação.

2- PROCESSO MUSEOLÓGICO: UMA AÇÃO DE EXCLUSÃO?

A análise do processo museológico pressupõe a explicitação de que a sua aplicação se dá em contextos, os mais diferenciados, na relação do homem com o mundo; portanto, esse processo está impregnado, marcado, pelos resultados da própria ação, imerso na realidade concreta, cultural, na qual estão inseridos os sujeitos sociais; assim, a aplicação das ações museológicas de *pesquisa, preservação e comunicação*, a partir da qualificação do fazer cultural, está condicionada histórico-socialmente.

A relação entre o processo museológico e exclusão, não pode ser entendida de forma dissociada da tentativa de uma aproximação com uma visão real da sociedade como uma construção histórica trespassada por conflitos, antagonismos e lutas, em que a questão do poder está sempre presente, exigindo ser equacionada e socializada. A relação museu-sociedade tem sido evidenciada pela atuação de técnicos que cumprem, bem ou mal, a política cultural estabelecida pelo sistema vigente, por meio do atendimento a metas e objetivos propostos por determinados segmentos, e que trazem, no seu bojo, na maioria das vezes, a ausência de uma ação comprometida com o desenvolvimento social, ou, quando muito, especificam metas e diretrizes que traduzem uma preocupação com uma aproximação maior entre as instituições museais e os anseios da sociedade,

permanecendo, em geral, no papel, devido às diversas barreiras que inviabilizam a sua execução.

Falar de exclusão é falar de desigualdades sociais, tema por demais discutido e aprofundado por vários autores, o que nos isenta da responsabilidade de discuti-lo, em profundidade, mesmo porque não teríamos a competência necessária para fazê-lo. Estamos buscando, a partir da produção bibliográfica existente, alguns suportes necessários para a relação com o nosso campo de atuação - a museologia.

Nesse sentido, apropriei-me da categoria *pobreza*, analisada por Pedro Demo (1996), como sinônimo de desigualdade social, quando analisa o bem-estar social, buscando lançar um olhar crítico, de avaliação das nossas ações. O autor chama a atenção para o fato de que pobreza não se restringe ao problema da carência material, percebido através da fome, sobretudo. Salienta que se observarmos bem, a nossa visão de pobreza é muito “pobre”. De um lado, ficamos apenas com a manifestação física, material, deixando de lado a “pobreza de espírito”. De outro, enfatiza, ainda, ignoramos aquilo que é marcadamente o cerne da pobreza; o fundo político da marginalização opressiva. Pobreza, define Demo: “*É o processo de repressão do acesso às vantagens sociais*”. Prosseguindo, distingue dois horizontes mais típicos da pobreza: pobreza sócio-econômica e pobreza política, chamando a atenção para o fato de uma estar relacionada à outra. O autor caracteriza a pobreza sócio-econômica como a carência material imposta, traduzida na precariedade comumente reconhecida do bem-estar social: fome, favela, desemprego, mortalidade infantil, doença, etc., destacando que esse horizonte é mais pesquisado, possuindo as vantagens metodológicas utilizadas nos trâmites acadêmicos do tipo “indicadores sociais”, porque são quantificáveis. Por *pobreza política*, caracteriza a

dificuldade histórica de o pobre superar a condição de objeto manipulado, para atingir a de sujeito consciente e organizado em torno de seus interesses. Destaca que a *pobreza política* se manifesta na dimensão da qualidade, apesar de estar, também, condicionada pelas carências materiais, mas sem se reduzir a essas, o que aponta para o déficit de cidadania. Como qualidade política não se mede, chama a atenção para o fato de que esse horizonte é menos estudado devido às dificuldades metodológicas para sua mensuração, e, que, por outro lado, há sempre a intervenção do Estado que tem dificuldade de entender que nem sempre a política social deve ser estatal. Enfatiza que é politicamente pobre o povo que é massa de manobra, ou seja, não é propriamente povo, mas objeto de manipulação das oligarquias, e chama a atenção para o fato de que, mais do que nunca, a superação da pobreza política **só pode ser iniciativa primeira do real interessado**.(o grifo é nosso).

Como já dedicamos algum tempo refletindo sobre as características da política educativo-cultural brasileira, nos contextos social, político e econômico do país, analisando a sua influência na atuação das instituições museológicas, em trabalhos já publicados (Santos, 1993, 1996), procuraremos, abordar, neste momento, a relação: **Processo Museológico-exclusão**, situando, inicialmente, o fazer museológico, a partir de um olhar para dentro, ou seja, de avaliação das nossas ações, enquanto técnicos, e em interação com o outro; a exclusão, provocada por nós mesmos, em nossa pobreza política e, também, sócio-econômica; encará-las de frente, na prática cotidiana da ação museal e que irá refletir, conseqüentemente, nos objetivos e metas das nossas instituições. A escolha desse enfoque está relacionada à carência, por nós constatada, de uma análise que permita caracterizar a ação social do museu a partir do seu interior. Sempre deslocamos o eixo da discussão, em torno do tema museu e

sociedade, para a relação com o público, com a comunidade, esquecendo-nos que público e comunidade, também, somos nós, e que é somente a partir de um processo de crítica e autocrítica, interna e externa, que poderemos assumir o nosso compromisso social.

Tomarei a gestão das instituições museológicas e a aplicação das ações de **pesquisa, preservação e comunicação** como parâmetros para discussão do nosso problema, qual seja: **processo museológico**: uma ação de exclusão? Esclarecendo, entretanto, que, para nós, a aplicação do processo museológico não está restrita à instituição museu, ele pode anteceder à existência objetiva do museu ou ser aplicado em qualquer contexto social. Estamos assumindo, neste trabalho, a definição de fato museal como *a qualificação da cultura em um processo interativo de ações de pesquisa, preservação e comunicação, objetivando a construção de uma nova prática social.*

A partir desse momento, tentaremos inserir as ações museológicas no contexto da organização e gestão das instituições museais, por considerarmos que devem estar integradas aos objetivos e metas da instituição. Na organização e gestão dos nossos museus ou dos projetos desenvolvidos em nossa área, ou em relação a outras áreas do conhecimento, percebe-se que os sujeitos envolvidos são considerados como categorias estanques, onde a cada um cabe a tarefa de executar as ações previstas e pensadas por algumas “cabeças iluminadas”, pois, em geral, estão excluídos do momento da concepção, da definição dos objetivos e metas do plano diretor da instituição, se é que eles existem, ou sequer foram ouvidos e devidamente esclarecidos sobre o plano de ação a ser executado. Não há espaço para contribuição do grupo, para troca, para o enriquecimento mútuo, para a crítica salutar, porque a nossa pobreza política não nos permite ver além dos nossos interesses e do nosso

próprio umbigo. Além disso, a nossa pobreza sócio-econômica é utilizada para justificar a acomodação, a estagnação, e a ausência de ações criativas que apontem para as soluções dos nossos problemas.

Das atividades de organização e gestão, são excluídas, completamente, as ações museológicas, como em um “quebra-cabeça” mal-formulado, onde as peças nunca se encaixam, porque, também, as atividades técnicas de **pesquisa, preservação e comunicação** são aplicadas em compartimentos estanques, em uma completa dissociação entre meio e fim (Santos, 1996, Chagas, 1996) ou discriminadas por “*pesquisadores, cabeças pensantes e fechadas*” de outras áreas, que nos consideram como meros reprodutores do conhecimento. Sendo assim, as aplicações das ações museológicas têm sido muito mais resultado da aplicação da técnica pela técnica do que resultado de um processo.

Nesse contexto, do ponto de vista da gestão, estão colocadas as condições para a competição desenfreada, que facilita a inclusão ou a exclusão, por meio de práticas impróprias, que a ausência de qualidade política nos faz aceitar passivamente, como, por exemplo, a nossa tão conhecida “puxada de tapete”. A ausência de liderança para administrar os conflitos, identificando-os e tentando superá-los, sem os camuflar, talvez seja uma das nossas grandes carências. Imperam a desigualdade, o estrelismo, o individualismo, a falta de cooperação e a falta da visão da instituição como um todo.

Outro aspecto que nos parece interessante ressaltar é a falta de intercâmbio entre as instituições museológicas. A ausência de projetos integrados, mesmo entre as instituições da mesma esfera administrativa, quer seja no âmbito municipal, estadual ou federal, demonstram a falta de correlação entre os nossos acervos, que

deveriam ser explorados, trabalhados por meio de uma ação transdisciplinar, que vá além das organizações internas de cada disciplina, buscando os elos indispensáveis à compreensão do mundo, na sua integridade. O nosso isolamento, marcado muitas vezes pelo preconceito, talvez seja uma das causas que impedem o crescimento do processo museológico. Não é raro, entre os profissionais da área, o uso de rótulos e de atitudes separatistas entre os adeptos da nova museologia, dos museus comunitários, dos museus “tradicionais”, o que demonstra a nossa pobreza, a nossa pequenez, e impede a troca salutar, o enriquecimento com a experiência do outro, o incentivo à criatividade e à abertura de novos caminhos, sem ter que desprezar o conhecimento historicamente já construído. Esse processo interno de desigualdade e exclusão tem provocado, muitas vezes, o desencanto, a baixa auto-estima, a desmotivação para a busca de soluções e, até mesmo, o afastamento de profissionais das nossas instituições.

Comentando, ainda, o isolamento das instituições museológicas, cito um exemplo que estou vivenciando: há seis anos venho atuando em um projeto, em uma escola pública da Cidade do Salvador, cujas ações resultaram na implantação de um museu no seu interior, cujos resultados alcançados têm-nos permitido avançar em relação às questões teórico-metodológicas nas áreas da museologia e da educação. Com o objetivo de alargar os horizontes, permitindo a interação com outros processos, por iniciativa da nossa equipe, executamos vários projetos com outras categorias de museus da nossa cidade, em que alunos e professores, de diferentes níveis de ensino, tiveram acesso, pela primeira vez, a essas instituições. Da escolha dos temas, passando pela operacionalização das ações, até a avaliação, atuamos, como provocadores, ou seja “forçando a barra”, para que acontecesse a interação necessária com os técnicos dos outros museus,

que, com raras exceções, sequer demonstram interesse em conhecer os objetivos das nossas programações.

Outro dado que serve de parâmetro para a nossa análise, em relação ao isolamento das nossas instituições, à redução dos seus espaços de atuação, bem como em relação ao nosso museu, é que, desde a sua implantação, até o presente momento, nunca fomos procurados por profissionais das demais instituições museológicas da nossa cidade, com o objetivo de realizar projetos conjuntos ou para conhecer os processos por nós desenvolvidos, embora já tenham ocorrido solicitações nesse sentido, por parte de instituições do exterior e por parte de escolas de diferentes níveis, da cidade do Salvador; o que nos faz concluir que essa necessidade não é sentida, nem faz parte dos objetivos e metas das instituições museológicas. Infelizmente, não há nenhum movimento nesse sentido.

Tentar refletir sobre as nossas desigualdades e sobre os nossos processos de exclusão é tarefa necessária no sentido de diminuir a nossa pobreza política e a sócio-econômica. Consideramos que é quase impossível uma relação aberta com o outro, no caso, a relação do museu com os diversos segmentos da sociedade, se não encarmos de perto as nossas contradições, em um processo constante de auto-avaliação. Ingênuo seria pensar que elas não existem ou que serão exterminadas, como em um passe de mágica, a partir de uma ação isolada do técnico. Identificá-las, e nos sentirmos também público, comunidade, cidadão, em nossa opinião, é o primeiro passo. Consideramos que existem alguns caminhos a serem apontados no sentido de que cada um de nós possa construir, dentro de um contexto histórico concreto.

3- DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Acho que um dos primeiros desafios a ser considerado é tomar os pontos relevantes, apontados pelo processo de avaliação, como indicadores para a nossa ação. Nesse sentido, considero que os nossos problemas podem ser situados nos campos da qualidade formal (desafio tecnológico e instrumentação científica) e da qualidade política (desafio educacional, no sentido de conceber futuros alternativos para a sociedade). “*O intelectual não vale apenas pelo que “sabe” em termos de domínio técnico, mas igualmente pelo que “vale” em termos de agente de mudança*”. (Demo 1996).

Ao analisarmos o curso da História, percebemos que as recentes transformações internacionais são o resultado do trabalho de muitas pessoas e comunidades organizadas de diferentes contextos econômicos e culturais. Nesse sentido, Sander (1995) destaca a importância da capacidade de criação e ação humana coletiva na construção e reconstrução de perspectivas intelectuais e na adoção de soluções políticas, por meio da ação governamental e da participação cidadã, exercida desde os mais diversos cenários culturais. O referido autor chama a atenção para o fato de que esses elementos são observados, diariamente, nas organizações sociais, nas quais a intencionalidade humana e a ação organizada e concreta da sociedade política e da sociedade civil são fatores decisivos para a construção de um mundo livre e equitativo. Sendo assim, enfatiza que a nova matriz de poder mundial que precisamos construir coletivamente deve suplantá-la, tanto a perspectiva dicotômica, quanto a visão unidimensional na política e na sociedade, cedendo lugar a uma orientação multidimensional ou multiparadigmática com crescente conteúdo cultural e uma estratégia equitativa de ação baseada na participação democrática.

No momento atual, a museologia deve sintonizar-se, em qualquer das suas correntes, com os caminhos da ciência na contemporaneidade. Sendo assim, a problematização de temas, através dos acervos, institucional e operacional, questionará, também, o sentido da ciência, contribuindo para que a própria museologia e a sua prática sejam submetidas, também, à reflexão, uma vez que os museus devem ser considerados como “locus” para a produção do conhecimento.

A consolidação de uma política museológica deverá ser processada tendo como referencial um quadro teórico inerente aos museus e aos processos museais, dando lugar para que se desenvolvam as diretrizes das instituições, preservando as suas especificidades, devendo ser um suporte essencial para a exploração adequada de potenciais ainda não trabalhados.

Portanto, a aplicação das ações museológicas, deve estar embasada na teoria e na relação necessária entre a teoria e a prática, possibilitando que ambas sejam fortalecidas e enriquecidas. Retornamos ao conceito de *fato museal*, já explicitado anteriormente, qual seja:

a qualificação da cultura em um processo interativo de ações de pesquisa, preservação e comunicação, objetivando a construção de uma nova prática social,

buscando um melhor entendimento desse conceito, já que o consideramos como o suporte essencial para o desenvolvimento do processo museológico. Salientamos, mais uma vez, que em nossa concepção, o processo museológico pode anteceder a existência objetiva do museu, e deve ter, na pesquisa, o suporte essencial para o seu desenvolvimento. O processo de construção do conhecimento nos

conduzirá, então, à musealização, processada na prática social - no interior do museu ou fora dele - em sua dinâmica real, considerando as dimensões de tempo e espaço, abordando a cultura de forma integrada às dimensões do cotidiano, ampliando as suas dimensões de valor, de consciência e de sentido. Assim, as ações museológicas de **pesquisa, preservação e comunicação** não objetivam a representação cultural, entendendo a cultura como um domínio à parte, em forma de eventos, ou separando os objetos das práticas culturais que lhes conferiram significado, marcada pela dissociação entre o produtor e o consumidor. Neste processo, busca-se de maneira efetiva, a interação dos técnicos com os demais sujeitos envolvidos, motivando a realização de novas práticas sociais, ou seja: a nossa proposta teórico-metodológica está pautada no diálogo, no argumento e em contextos interativos, compreendendo que o processo de comunicação permeia todas as ações museológicas, permitindo a integração e o enriquecimento, reconhecendo no patrimônio integral um instrumento de educação e desenvolvimento.

As ações de pesquisa, preservação e comunicação referenciadas no patrimônio cultural, não podem estar dissociadas da participação e do desenvolvimento. Sendo assim, a aplicação da técnica pela técnica está superada; pelo menos reconhecidamente superada em nossas atividades de reflexão e avaliação, embora, na prática, ainda seja o mais recorrente.

A preservação da identidade é necessária, pois é patrimônio comunitário essencial, devendo ser o suporte essencial para o desenvolvimento. Demo (1996) ilustra a relação identidade-desenvolvimento, salientando que o índio quer sua identidade, mas também quer trator, e destaca: “identidade que cultiva a pobreza está na direção errada”. Por outro lado, não há porque se voltar contra a

cultura da elite, porque essa também é patrimônio social e histórico importante. O reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade cultural, e, conseqüentemente às diversas categorias de museus e aos diversos processos museais, se fazem urgentes e necessários. Trata-se de um dos desafios colocados, no sentido de diminuir as desigualdades e a exclusão.

Consideramos, também, que outro desafio a ser vencido, com qualidade formal e qualidade política, é a gestão das instituições museológicas, alimentada por uma concepção, ou por várias concepções, compreendendo a construção do conhecimento como processo. Destacamos, nesse sentido, o poder realizador da teoria, tornando real os conceitos, ao passar do universo simbólico que os concebeu ao fazer cotidiano dos envolvidos no processo. As instituições museológicas são o resultado dos avanços da construção do conhecimento na museologia, em vários momentos históricos. Compreendendo os museus como instituição, como o resultado da criação de um grupo, em constante reflexão e, conseqüentemente, em permanente transformação, reconhecemos que o seu processo será sempre dinâmico, no sentido da recriação.

Necessário, pois, se faz refletir sobre a atuação dos cursos de museologia destacando que o seu compromisso maior deva ser com o desempenho qualitativo, preparando profissionais que sejam capazes de produzir conhecimento, buscando, também, a interseção criativa de contribuições conceituais e analíticas de outras disciplinas, contribuindo com a necessária renovação dos processos museais, reconhecendo as especificidades dos diferentes contextos, adequando os procedimentos metodológicos e técnicos às diferentes realidades, com a abertura necessária para a avaliação e para a reflexão crítica.

Urge reconhecer a importância dos cursos de formação, no sentido de contribuir, efetivamente, para os avanços teórico-metodológicos, em nosso campo de atuação, ressaltando, entretanto, a necessidade de uma abertura maior no sentido de dotar seus currículos de conteúdos substantivamente relevantes, sem perder de vista que a sua maior missão é a político-cultural. E esse objetivo maior não pode ser alcançado somente nos espaços fechados da academia. Sirvent (1984), analisando a relação entre a educação, formal e a não-formal, sugere que é possível organizar uma ação educativa complexa, que seja resultante de uma rede de interação entre diversos recursos educativos. Não se trata de somar ou adicionar componentes isolados, mas de integrar os mesmos ao redor de objetivos educacionais comuns. Nesta rede, insere-se a educação formal ou uma redefinição de seu papel frente à comunidade e aos recursos educativos não-formais da mesma. Sugere ainda a referida autora, que as instituições do *macrossistema* constituir-se-iam num sistema aberto em contínua comunicação, tanto entre si como com o meio em que estão inseridos. Infelizmente, as experiências até o momento mostram que as instituições menos flexíveis para se modificar dinamicamente neste processo são as escolares.

Comentando sobre a gestão democrática e sobre a qualidade da educação, Sander (1995) registra que a construção e reconstrução do conhecimento na educação e na gestão educacional, comprometida com a qualidade e a equidade, implicam um grande esforço. Chama a atenção para o fato de que esse esforço assume proporções enormes na América Latina, onde seus países necessitam multiplicar, urgentemente, seus conhecimentos científicos e tecnológicos, para poder participar, ativamente, e beneficiar-se, equitativamente, das transformações política e econômica, sem precedentes no mundo moderno. Em trabalho realizado em 1988, Espínola analisa o que foi

escrito sobre a qualidade da educação na América Latina a partir de 1980 e, dentre outros aspectos, analisa o impacto da educação em nível da estrutura social. Reconhece-se o sistema educacional como uma engrenagem a mais na estrutura social e a qualidade é avaliada em termos dos efeitos da educação no sistema social mais amplo, questionando-se o peso ou o impacto da educação na estrutura social e avaliando-se sua capacidade para produzir mudanças globais. Os estudos realizados coincidiram em três aspectos:

- A qualidade dos sistemas educacionais na América Latina é deficiente;
- É necessário realizar diagnósticos dos níveis de qualidade existentes, ou seja, avaliar a qualidade disponível;
- A situação é tão crítica, que não é possível ater-se aos esforços de medição de qualidade, mas é preciso produzir qualidade.

Ao refletir sobre o processo museológico, inserindo-o nas demais práticas sociais globais, a partir de uma autocrítica das nossas vivências, objetivamos, com a análise aqui efetuada, apontar alguns caminhos para que possamos assumir o nosso compromisso social com qualidade, o que, implica participação, imersa em nossa prática cotidiana. Demo (1994) salienta que *qualidade é participação*; com efeito, é conquista humana principal, tanto no sentido de ser, mais do que nunca, uma conquista - dada a dificuldade de a realizar de modo desejável - quanto no sentido de ser a mais humana imaginável - porque é, especificamente, a forma de realização humana. É a melhor obra de arte do homem em sua história, porque a história que vale a pena é a aquela participativa, ou seja, com o teor menor possível de desigualdade, de exploração, de mercantilização, de opressão. No cerne dos desejos políticos do homem está a participação, que

segmenta metas eternas de autogestão, de democracia, de liberdade, de convivência.

Os desafios são muitos. Entretanto, falar dos processos museais, e da sua aplicação nos diversos contextos, visando ao desenvolvimento social, sem encarar de frente as nossas contradições, as nossas fraquezas, é uma falácia. A redução das desigualdades e, conseqüentemente, dos processos de exclusão, em nosso campo de atuação, está diretamente relacionada à nossa mobilização para a participação, **desde que estejamos interessados em construir a participação**. Só assim estaremos contribuindo para diminuir a nossa pobreza política e a nossa pobreza sócio-econômica.

4- BIBLIOGRAFIA

- Ammann, Safira Bezerra. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1991.
- Barbalet, J.M. *A Cidadania*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- Buffa, Ester. *Educação e Cidadania*./Ester Buffa, Miguel G. Arroyo, Paolo Nosella. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 23)
- Bruno, Cristina. *Museologia e Comunicação*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1996. (Cadernos de Sociomuseologia, 9).
- Canclini, Nestor Garcia. *As Culturas Populares no Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- Chagas, Mário. *Museália*. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996.
- Conhecimento, Cidadania e Meio Ambiente*/ Arnaldo José de Hoyos Guevara...São Paulo: Petrópolis, 1998.- (Série temas transversais, 2).

- Demo, Pedro. *Avaliação Qualitativa*. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.
- _____. *Educar pela Pesquisa*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- _____. *Pobreza Política*. Campinas, SP: Autores Associados, 1994.
- _____. *Política Social, Educação e Cidadania*: Campinas, SP: Papyrus, 1996. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- _____. *Educação e Qualidade*. Campinas: SP: Papyrus, 1996. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- Espínola, Viols. *La calidad de la educación desde la Perspectiva Latinoamericana: análisis de información 1980-1987*. Santiago, Cide, reduc, 1988.
- Mello, Guiomar Namó de. *Cidadania e Competividade: desafios do terceiro milênio*. SP: Cortez, 1996.
- Pinsky, Jaime. *Cidadania e educação*. SP: Contexto, 1998.
- Santos, Maria Célia T. Moura. *Repensando a Ação Cultural e Educativa dos Museus*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA. 1993. 2ª-edição ampliada. 136p.
- _____. *Processo Museológico e Educação: construindo um museu didático-comunitário*. Lisboa: ISMAG/UHLT (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias). Centro de Estudos de Sociomuseologia. 1996.
- _____. *Formação de Pessoal Para Museus, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - O Papel da Universidade*. Estudos de Museologia/Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Promoção. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.

- Sander, Benno, 1936. *Gestão da Educação na América Latina: construção e reconstrução do conhecimento*. Campinas: Autores Associados, 1995.
- Simon, Schwartzman. *Ciência, Universidade e Ideologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980
- Sirvent, Maria Teresa. (org). *Educação Comunitária. A Experiência do Espírito Santo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- Transformação Produtiva e equidade: A questão do ensino básico/ Vanilda Paiva (org.). Campinas, SP: Papyrus, 1994. (Coleção educação e transformação).
- Vergo, Peter. *The New Museology*. London: Reaktion Books Ltd, 1998.
- Zunzunegui, Santos. *Metamorfosis de la mirada: el museo como espacio del sentido*. Sevilla: ALFAR, 1990.